

EDUCAÇÃO E CAPITALISMO: A SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO DE KARL MARX

META

Apresentar as contribuições e limites da Sociologia da Educação de Karl Marx.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

compreender: os princípios do modo de produção; o sentido de dominação ideológica atribuída à Educação; o papel conservador ou revolucionário dos processos educacionais.

PRÉ-REQUISITOS

Conceitos básicos da sociologia marxista: modo de produção; relações sociais de produção; capital; mais-valia.



Estátuas de Marx e Engels em Berlim (Fonte: <http://ccabanita.no.sapo.pt>).

INTRODUÇÃO

Os trabalhos de **Karl Marx** e **Friedrich Engels** foram elaborados no calor das lutas políticas. Eles reivindicam a igualdade entre todos os cidadãos do ponto de vista político e quanto às condições sociais. Suas críticas da Modernidade estão centradas na análise radical da sociedade capitalista, colocando em evidência seus antagonismos e contradições. A análise dialética proposta torna transparentes as relações, os processos e as estruturas capitalistas – técnica de desmascaramento -, sob as quais as pessoas, as classes sociais e as coisas aparecem na consciência e na ciência. Marx delinea sua visão do capitalismo como uma sociedade na qual a burguesia e o proletariado são classes revolucionárias e antagonicas. Enquanto uma instaura o capitalismo, a outra começa a lutar pela destruição do regime no próprio instante em que aparece.



Karl Marx
Economista, filósofo e sociólogo alemão (1818-1883). Dentre as principais obras destaca-se *O Capital* (1867).



Friedrich Engels
Filósofo alemão (1820-1895). Junto com Karl Marx fundou o chamado socialismo científico ou marxismo. Ele foi co-autor de diversas obras com Marx, sendo que a mais conhecida é o *Manifesto Comunista*.



Vale ressaltar que a Educação não foi o tema central de Marx e Engels. Esses se dedicaram pouco à questão educacional em seus escritos filosóficos, sociais e econômicos. Entretanto, suas denúncias ao caráter classista da Educação representaram um marco, um ponto de partida para a reformulação de teorias educacionais baseadas no princípio democráti-

co de igualdade. A Educação aparece nas suas preocupações sobre a construção do homem plenamente desenvolvido em suas potencialidades físicas e espirituais, não subjugado ao domínio do capital. É o próprio *locus* da produção capitalista, a grande indústria, que permitiu a Marx a formulação de uma teoria social capaz de elaborar alternativa à superação das condições que mutilavam a plena formação humana. Mas, qual a seria a perspectiva de Marx em relação à Educação? Quais são suas contribuições? Esta aula pretende responder tais indagações.

A SOCIOLOGIA DE KARL MARX

A obra de Marx comporta um caráter sociológico, econômico, histórico e filosófico. Nesta diversidade, podemos constatar que não há neste pensador uma obra exclusivamente sociológica. Entretanto, isto não exclui a extração nos seus textos de uma “sociologia latente”. Marx levou a cabo pesquisas sociais e inspirou-as. Tal heterogeneidade dificulta, inclusive, sua rotulação no campo das ciências sociais. Alguns historiadores o rotulam como historiador, outros como economista, sociólogo e filósofo.

Apesar deste caráter diverso, Marx pode ser visto como um sociólogo. Ele é o sociólogo do regime capitalista. O seu objeto de estudo é a análise do funcionamento do capitalismo. Seu esforço científico buscou demonstrar a evolução, o funcionamento e as condições sociais dos homens que viviam neste modo de produção. Sua interpretação econômica aponta as seguintes ideias essenciais: 1) os homens entram em relações determinadas, necessárias, que são independentes da sua vontade; 2) o motor do movimento histórico é a contradição entre as forças e as relações de produção; 3) é a realidade social que determina a consciência dos homens; 4) as etapas da história humana podem ser vislumbradas a partir dos modos de produção: antigo, feudal burguês (ocidente) e asiático (oriente).

Podemos afirmar que o objeto da sociologia de Marx é o Modo de Produção. Mas, afinal, o que é um MP? É um arranjo social definido a partir da base de produção, fazendo com que os homens contraiam relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das forças produtivas materiais.

Isto Marx explicita no Prefácio à *Crítica da Economia Política*:

“O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa

etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que a sua expressão jurídica, com as relações de produção dentro das quais aquelas até então se tinham movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas estas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevém então uma época de revolução social. Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transtorna com maior ou menor rapidez. (MARX, 1978: 130)

A partir deste importante trecho, podemos apontar algumas importantes considerações sobre o funcionamento da sociedade para Marx. De acordo com sua análise, na produção de suas vidas, os homens estabelecem relações necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase do desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. Desta forma, os homens se relacionam a partir do modo de produção vigente, que é à base de toda organização social. São elementos constituintes do MP: 1) infra-estrutura: a estrutura econômica ou a base da sociedade; 2) superestrutura: as instituições jurídico-políticas, as formas de consciência social, as ideologias etc.

A obra de Marx nos traz importantes contribuições à compreensão dos processos de dominação e exploração do capitalismo. Nesse aspecto, seus escritos demonstram que o acúmulo de riqueza no modo de produção capitalista se dá através da apropriação do excedente produzido pelo trabalhador, a chamada mais-valia. Uma vez que o valor nasce do trabalho, e outra coisa não é senão o trabalho materializado, se o empresário retribuísse ao assalariado o valor total produzido pelo seu trabalho, não existiria o fenômeno puramente capitalista do dinheiro que gera dinheiro. Mas como o empresário não retribui ao assalariado aquilo que corresponde ao valor por ele produzido, mas apenas o custo de sua força de trabalho (o suficiente para produzi-la, o mínimo vital), temos o fenômeno da mais-valia, que é parte do valor produzido pelo trabalho assalariado da qual o capitalista se apodera. Neste aspecto, Marx diferencia o trabalho como processo de que participa o homem para modificar a natureza. Afirma que quando o trabalhador chega ao mercado para vender sua força de trabalho, é imensa a distância histórica que medeia entre sua condição e a do homem primitivo com sua forma ainda instintiva de trabalho. Todas as coisas que o trabalho separa de sua conexão imediata com o meio natural constituem objetos de trabalho e são fornecidos pela natureza. O processo de trabalho, ao atingir certo nível de desenvolvimento, exige meios de trabalho já elaborados, como afirma num trecho da obra *O Capital*:

“O que distingue as diferentes épocas não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz. Os meios servem para medir o desenvolvimento da força humana de trabalho e, além disso, indicam as condições sociais em se realiza o trabalho.” (MARX, 2008: 214)

Marx faz diferenciação quanto aos processos de trabalho: 1) em seus elementos simples e abstratos, como atividade dirigida com o fim de criar valores-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas, como condição necessária do intercambio material entre o homem e a natureza, como condição natural eterna da vida humana, sem depender de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais; 2) como processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, no qual o trabalhador trabalha sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho, no qual o capitalista cuida em que o trabalho se realize de maneira apropriada e em que se apliquem adequadamente os meios de produção, não se desperdiçando matéria-prima e poupando-se o instrumental de trabalho, de modo que só se gaste deles o que for imprescindível à execução do trabalho.

Disso resulta que a produção capitalista não é apenas a produção de mercadorias, ela é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador produz para o capital. Ele tem de produzir o excedente. Só é produtivo o trabalhador que produz para o capitalista, servindo de expansão do capital. O modo de produção capitalista faz do trabalhador o instrumento direto de criar mais-valia.

Bem, caros alunos e prezadas alunas, podemos observar que a análise sócio-econômica de Marx focaliza a contradição do capitalismo. Segundo este pensador alemão, os conflitos de classes constituem-se nos fatos mais importantes da sociedade moderna, o motor do movimento histórico. Toda a sua obra é um esforço destinado a demonstrar que a contradição é inseparável da estrutura fundamental do regime capitalista. Ele buscou demonstrar a evolução, o funcionamento e as condições sociais dos homens que viviam no modo de produção capitalista. Este modo pressupõe a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho.



A pirâmide do sistema capitalista. (Fonte: <http://heliopaz.files.wordpress.com>)

A SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO MARXISTA

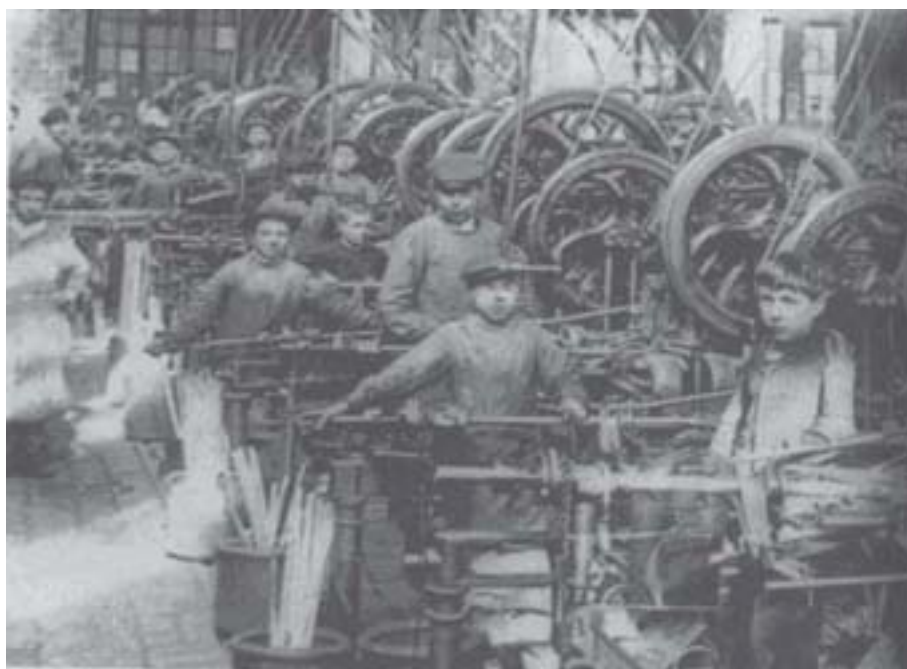
Karl Marx via a Educação da mesma forma que via o capitalismo. Como componente da superestrutura, ela pode ser para alienação ou para a emancipação. A partir da análise da situação educacional dos filhos dos operários do nascente sistema fabril, este sociólogo identificou na educação uma das mais importantes formas de perpetuação da exploração de uma classe sobre a outra, utilizada pela classe dominante para disseminar sua ideologia, inculcando no trabalhador o modo burguês de ver o mundo. Em suas investigações Marx conclui que o tipo de Educação dado às crianças operárias era tão precário que só poderia servir para perpetuar as relações de opressão às quais essas crianças e seus pais operários estavam sujeitos.

Marx e Engels observaram alguns aspectos relativos à Educação formal, ou à sua ausência, que merecem destaque. Uma de suas primeiras e principais críticas dirige-se ao embrutecimento e à deformação na manufatura, onde a divisão do trabalho reprime um mundo de instintos e capacidades produtivas. O indivíduo é mutilado e transformado no aparelho automático de um trabalho parcial.

Diante deste quadro, a partir de uma perspectiva revolucionária, Marx identificava na Educação uma arma valiosa a ser empregada em favor da emancipação do ser humano, de sua libertação da exploração e do jugo do capital. Através de uma conjugação entre o trabalho e a escola seria possível romper na formação das futuras gerações com a separação entre trabalho manual e intelectual, assim como com a parcialização das tarefas impostas pela divisão do trabalho na fábrica moderna. Como um homem do século XIX, Marx considerava o trabalho infantil desejável, desde que o Estado garantisse aos filhos dos operários uma escola de meio período que não fosse um mero depósito de crianças e desde que a superexploração do trabalho infantil fosse controlada pela legislação. Este sociólogo considera o trabalho como educativo. É através dele que o homem produz para viver, colocando a natureza a seu serviço e relacionando-se com seu semelhante. O “homem novo” não pode ser forjado apenas com uma Educação escolar formal, mais também com o trabalho exercido no chão da fábrica. Em suma, Marx considera que não se deve permitir o emprego do trabalho das crianças e jovens se este emprego não estiver conjugado com a Educação.

Ainda sobre o recrutamento de crianças e adolescentes para o trabalho na indústria, Marx é taxativo: “qualquer que seja a forma em que se realize sob o reino do capital é simplesmente abominável”. A sociedade não pode permitir que crianças e adolescentes sejam empregados na produção, a menos que se combine este trabalho produtivo com a Educação. Como solução para a questão da necessidade da cooperação desses *seg-*

mentos, propõe que a jornada de trabalho de crianças de 9 a 12 anos seja reduzida para duas horas diárias; dos 13 aos 15 anos, para quatro horas; e dos 16 a 17 anos, para seis, com uma hora para comida e descanso. As escolas elementares deverão iniciar a instrução das crianças antes dos 9 anos. Caberá à sociedade a responsabilidade de defender os interesses das crianças proletárias, pois os pais são impossibilitados de fazê-lo pelo sistema social de acumulação capitalista que os transforma em “mercadores de escravos de seus próprios filhos”. Para livrar estes dos efeitos nocivos do sistema, é necessário transformar a “razão social” em “força social”, por meio de leis gerais.



Crianças e adolescente no chão da fábrica (Fonte: <http://www.uel.br/revistas/germinal>).

Caro aluno ou prezada aluna, nos escritos de Marx não se sabe ao certo qual seria a Educação ideal. Quais seriam os conteúdos ministrados? De certo, sua preocupação educacional é a de romper com a alienação [Alienação na perspectiva marxista é o desconhecimento das condições histórico-sociais] do trabalho, provocada pela divisão do trabalho na fábrica capitalista. Neste sentido, a educação tem uma contribuição significativa e é o caminho inverso da expropriação dos saberes produtivos das classes trabalhadoras, da qual se serviu o capitalista industrial para construir sua fábrica. Isso se daria a partir do momento que o filho do operário aprendesse a operar as máquinas das fábricas burguesas, sendo devolvido à este a percepção do processo produtivo moderno. O novo saber é o fundamento de sua ruptura com a alienação

do trabalho e uma das chaves de sua emancipação. Você percebe que a Educação nesta ótica fornece meios ao operário para superar sua condição de trabalhador parcial, capaz de executar uma única tarefa simplificada, ditada pelas exigências do capital.

A quem interessa nesta ótica a Educação escolar? Interessa, sim, à classe trabalhadora, e não apenas porque desenvolve o seu intelecto, mas porque abre também novas perspectivas de trabalho e permite-lhe conscientizar-se de sua exploração mais facilmente. Para bem servir a esses interesses, a Educação do futuro deverá ser estatal, laica, gratuita e obrigatória, conjugando à formação geral com a ginástica e o ensino tecnológico teórico e prático. A opinião de Marx sobre as escolas particulares é radical: para ele não passam de empresas capitalistas, tais como fábricas de salsichas, cujo único intuito é gerar lucros para seus donos (MARX, 2008). Não podem, portanto, defender os interesses das classes trabalhadoras, privilégio reservado às escolas públicas. Nosso pensador defende também uma formação politécnica, que deverá compensar os inconvenientes da atual divisão do trabalho, “que impede o alcance do conhecimento profundo de seu ofício aos seus aprendizes”. Se as mudanças na Educação exigem que haja, primeiramente, mudanças nas circunstâncias, é preciso esperar que estas ocorram, para então realizar as mudanças necessárias.

Nessa perspectiva de uma Educação conscientizadora são enfatizados três dimensões quanto aos conteúdos. A primeira se constitui numa Educação mental, uma espécie elementar para o trabalho intelectual. A segunda é a física, que se constitui na produção do corpo tal como oferecida nos ginásios esportivos e no treinamento militar. Por fim, a tecnológica que inicia as crianças e jovens no manejo dos instrumentos e das máquinas industriais, tarefa que deveria ocorrer concomitante com o trabalho destes na fábrica (MARX, 1978b).

Você constata que esta concepção revela a preocupação de Marx com o pleno desenvolvimento dos jovens por meio da educação intelectual, física e profissional. Sugere, em seguida, que o ensino seja graduado de acordo com a idade dos alunos, e que parte dos gastos com as escolas politécnicas seja coberta com a venda dos produtos nelas produzidos. Nesse aspecto, é possível observar a preocupação de Marx em evitar que os jovens recebam uma orientação profissional restrita, o que, além de empobrecer o seu intelecto, dificultaria a sua inserção futura no mercado de trabalho ou, no mínimo, diminuiria o seu valor nele. Vários argumentos são utilizados nesse sentido. Haveria um aumento da criminalidade, devido à inadequação do trabalhador para outros tipos de trabalho, por ocasião de mudanças nos processos produtivos. A “velha divisão do trabalho com suas peculiaridades rígidas” estaria mantida e o trabalhador estaria em permanente risco de ser dispensado ou incorporado aos sabo-

res das oscilações do mercado etc. Embora reconheça ser a vinculação da instrução primária com o trabalho fabril um avanço, Marx considera não haver “dúvida de que a conquista inevitável do poder político pela classe trabalhadora trará a adoção do ensino tecnológico, teórico e prático, nas escolas dos trabalhadores”. Para ele, esta transformação, culminando na “eliminação da velha divisão do trabalho”, seria resultante do desenvolvimento das contradições geradas pela forma de produção industrial, cuja base técnica é revolucionária em si mesma (MARX, 2008).

CONCLUSÃO

Caro aluno ou prezada aluna, podemos concluir que o modelo de Educação apresentado por Marx se refere ao modo de produção capitalista. Mas como ela seria, na sua ótica, na etapa histórica almejada em seus escritos, ou seja, no modo de produção comunista? Depois da inevitável conquista do poder político pelo proletariado, Marx antevia a adoção do ensino tecnológico, teórico e prático nas escolas dos trabalhadores. O ensino seria público e igual para todos, mas não como é oferecido pelo Estado capitalista. A questão central que envolve esta leitura de Marx se refere à tese, apontada anteriormente, de que as ideias dominantes na sociedade são as ideias da classe dominante. Neste caso, da burguesia. Se a Educação pertence ao Estado burguês, a ideologia burguesa é ensinada aos filhos dos operários a moldarem-se à dominação. Afinal, como seria a Educação no comunismo? Marx acredita que além de mudar a forma de exploração econômica é preciso mudar a forma de organização social para que uma nova educação pudesse se desenvolver. Neste sentido, Karl Marx, juntamente com Friedrich Engels, faz crítica à família no *Manifesto do Partido Comunista*, publicado em 1848. Esta instituição social é vista como difusora e enraizadora dos valores capitalistas e burgueses, espaço social onde as crianças aprendem na tenra idade a pensar como a cabeça da classe dominante. A esta Educação doméstica propõem-se uma de caráter social, na qual os valores da nova sociedade solidária pudessem desenvolver-se sem a influência do espaço privado da família burguesa. Como no comunismo seria extinta a divisão da sociedade em classes e a forma capitalista de divisão do trabalho, segundo Marx é fundamental educar o *homem comunista* de tal modo que pudesse superar a divisão do trabalho que alienava sob o capitalismo. Ao socializar os meios de produção, a nova forma de organização industrial encontrará um ser humano preparado para desempenhar um trabalho que não fosse alienado, parcial, restritivo de suas potencialidades. É preciso uma mudança de atitude frente à produção para viabilizar o controle coletivo de seus benefícios.



RESUMO

A análise elaborado por Karl Marx e Friedrich Engels tornam transparentes as relações, os processos e as estruturas capitalistas. Delineia-se uma visão de capitalismo como uma sociedade na qual a burguesia e o proletariado são classes revolucionárias e antagônicas. Enquanto uma instaura o capitalismo, a outra começa a lutar pela destruição do regime do próprio instante em que aparece. Entretanto, Marx e Engels não empreenderam uma abordagem específica sobre a Educação, diferentemente de Émile Durkheim. A Educação não é um tema central. Porém, essa aparece nas suas preocupações sobre a construção de um ser humano desenvolvido em suas potencialidades físicas e espirituais, não subjugado do domínio do capital. Nesse sentido, Marx via a Educação como via o capitalismo, como um dos formas ideológicas de domínio de uma classe sobre a outra. Como componente da superestrutura, essa pode ser para alienação ou para emancipação. Em relação ao segundo sentido, via-se a Educação uma arma valiosa a ser empregada em favor da emancipação do ser humano, de sua libertação da exploração e do jugo do capital. Na perspectiva conscientizadora são enfatizados três dimensões quanto aos conteúdos: 1) mental; 2) física; 3) tecnológica.



ATIVIDADE

Educação: Uma bandeira histórica do MST

16/01/2009

Desde a 1984, além das ocupações de terra e marchas para pressionar pela reforma agrária no país, o MST luta pelo acesso à educação pública, gratuita e de qualidade em todos os níveis para a população do campo. Em toda a sua história, foram conquistadas aproximadamente 2 mil escolas públicas nos acampamentos e assentamentos em todo país, abrindo as portas do conhecimento para 160 mil crianças e adolescentes Sem Terra. Também foram formados mais de 4 mil professores. Nos últimos anos, foi desencadeado um trabalho de alfabetização de jovens e adultos, que envolve a cada ano 2 mil educadores e mais de 28 mil educandos. Mais de 50 mil pessoas já aprenderam a ler e escrever no MST, que defende que a escola esteja onde o povo está e, conseqüentemente, os camponeses têm o direito e o dever de participar da construção do seu projeto de escola." O movimento chegou a conclusão que para implementar um processo de reforma agrária com mais qualidade, onde as famílias possam melhorar a qualidade de vida é preciso elevar a escolarização dos trabalhadores", acredita a integrante do setor de educação, Izabel Grein.

CONTRA ANALFABETISMO

O MST promove também projetos de alfabetização de jovens e adultos nas áreas de acampamentos e assentamentos em parceria com entidades da reforma agrária, organizações não-governamentais e órgãos estaduais e federais para combater o analfabetismo e garantir que o domínio da leitura e da escrita seja possível para toda a população do campo. Os principais objetivos dos projetos de alfabetização é transformar os acampamentos e assentamentos em territórios livres do analfabetismo e, para isso, a EJA (Educação de Jovens e Adultos) trabalha com os Sem Terra conteúdos relacionados à realidade rural. Maria Cristina Vargas, integrante do setor de educação do MST, analisa que a EJA desempenha um papel fundamental porque, além de possibilitar a alfabetização dos lavradores, criou a cultura do estudo no campo. “A EJA começou com o lema ‘sempre é tempo de aprender’, mas o projeto desempenhou um trabalho de educação tão intenso dentro que hoje o lema é ‘todas e todos os sem terra estudando’”. A alfabetização de jovens, adultos e idosos fomentou a percepção de que todos podem ir além da educação básica e descobrir que são capazes de aprender e ensinar, explica uma das coordenadoras do projeto no Paraná, Vanessa Reichenbach. Isso se constitui como o primeiro passo do processo educativo, que não acontece apenas na escola, mas em todos os espaços do MST. O desafio é fazer com que o ensino contribua para que os lavradores se apropriem do conhecimento para conseguir aproveitar toda a sua potencialidade e ver o mundo de uma outra forma. Durante os três anos do projeto Brasil Alfabetizado, realizado em parceria entre entidades da reforma agrária e Ministério da Educação, foram alfabetizando 5500 educandos, além de capacitar 1.820 educadores em acampamentos e assentamentos do MST. O projeto começou em 2003 e atualmente funciona em 23 estados. Antes disso, a EJA já funcionava em alguns estados com apoio de universidades e secretarias de educação. Até 2002, foram alfabetizados mais de 16 mil trabalhadores do campo em aproximadamente 10 mil turmas. Os educadores da EJA fazem parte do MST, moram nos assentamentos e acampamentos. A convivência entre educadores e educandos ajuda no aprendizado, uma vez que ambas as partes têm as mesmas referências, desafios e objetivos. Ao longo do trabalho de alfabetização, os trabalhadores rurais perceberam que o grande problema é a ausência de políticas públicas que criem condições para a continuidade dos estudos. De acordo com Maria Cristina Vargas, o Brasil sempre teve uma política compensatória no campo da educação. “É preciso criar um projeto específico para o campo, que atenda a continuidade da escolarização”, explica.

HISTÓRIA

A EJA teve início com a Campanha de Educação de Jovens, Adultos e Idosos, realizada em 1991, no assentamento Conquista da Fronteira em Bagé, no Rio Grande do Sul, com a presença de Paulo Freire (1921-1997), um dos principais pensadores da educação no país e no mundo. Após um período com experiências fragmentadas, foi firmada uma parceria com a Universidade Federal de Sergipe (UFS), que possibilitou o trabalho de alfabetização nas áreas de assentamentos e acampamentos do estado. Um convênio entre Ministério da Educação e a Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), em 1996, levou o projeto para 18 estados. Foram formadas 550 turmas e 8000 educandos. Depois o projeto continuou por meio de parcerias entre secretarias de educação e universidades nos estados. Em 1997, aconteceu o 1ª Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária, que reuniu educadores, especialistas e trabalhadores sem-terra para formular um plano de alfabetização no campo. Após o encontro, foi firmado um convênio com universidades, governo federal para a criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, que promoveu projetos de alfabetização nos assentamentos e acampamentos.

DADOS SOBRE A EDUCAÇÃO NO MST

Temos nos assentamentos e acampamentos - em torno de 2 mil escolas públicas (estimativa feita a partir dos dados da PNERA, 2004).

- Destas 2.000 escolas, apenas 250 vão até o Ensino Fundamental completo e são 50 até o Ensino Médio. As demais, são até a 4a série.
- Atuam nessas escolas 10.000 professoras(es).
- Estudantes no MST beiram 300.000 pessoas, incluindo da Educação Infantil até a universidade, passando pela EJA, cursos profissionalizantes. OBS.: muitos estudam fora dos assentamentos, em escolas da cidade, especialmente de 5a a 8a série e mais ainda no Ensino Médio. Não temos dados concretos sobre isso.
- Temos parcerias com pelo menos 50 Instituições de Ensino, entre Universidades, Escolas Agrotécnicas. Somando aproximadamente 100 turmas de cursos formais, num total de mais ou menos 4.000 estudantes jovens e adultos.

ATIVIDADE

(Fonte: <http://www.mst.org.br/mst>). O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) adota os princípios marxistas quando propõem uma Educação para seus assentados. A partir de uma leitura marxista, elabore um texto demonstrando o papel da Educação na perspectiva deste movimento social.



COMENTÁRIO SOBRE A ATIVIDADE

Para elaboração desta atividade consulte as cartilhas do MST referente a Educação. Maiores informações podem ser obtidas no site do www.mst.org.br/mst.

PRÓXIMA AULA

Reprodução e desigualdade: a Sociologia da Educação de Pierre Bourdieu.



AUTO-AVALIAÇÃO

Você é capaz de entender como a Educação é um instrumento de dominação ideológica?

Você é capaz de entender como a Educação pode ser utilizada para dominar ou emancipar os trabalhadores?



REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. Mais-valia. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 637-638.

ARON, Raymond. **As Etapas do Pensamento Sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

FERREIRA JUNIOR, Amarílio; BITTAR, Marisa. A educação na perspectiva marxista: uma abordagem baseada em Marx e Gramsci. **Interface: comunicação, saúde, educação**. V. 12, n. 26, p. 635-46, jul./set. 2008.

FERREIRA, Maria Onete Lopes. A crise dos paradigmas e o marxismo entre os pesquisadores em trabalho e educação em universidades brasileiras. **Revista Brasileira de Educação**, p. 75-89.

IANNI, Otávio. “Introdução”. **MARX. Sociologia**. São Paulo: Editora Ática, 1979, p. 07-42. (Coleção Grandes Cientistas Sociais)

MARX, Karl. “Prefácio”. Para a Crítica da Economia Política. In: **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

_____; ENGELS, Friedrich. **Crítica da Educação e do Ensino**. Lisboa: Moraes, 1978.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. L. I, v. I, 25. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. L I, v. 2. 22 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

RODRIGUES, Alberto Tosi. Sociedade, educação e emancipação. **Sociologia da Educação**. 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 35-57.

RAMOS, Lilian Maria Paes de Carvalho. Educação e Trabalho: a Contribuição de Marx, Engels e Gramsci à Filosofia da Educação. **Revista Brasileira de Pedagogia**, Brasília, v. 77, n. 185, p. 7-32, jan./abr. 1996.